

Educação inclusiva: Análise sobre o processo de inclusão na rede municipal de ensino de Catolé do Rocha

Autores: João Hermínio Bandeira Filho
Faculdade de Ciências Humanas- SAPIENS
jhermaniofilho@bol.com.br
Delisomar Pereira da Silva
Faculdade de Ciências Humanas- SAPIENS
Delisomar.pereira@bol.com.br
Orientadora: Prof. Dra. Elvira Bezerra

RESUMO: O processo de inclusão é uma conquista dos direitos humanos ao conceber ao aluno com necessidades especiais o direito a uma vida mais digna, oferecendo-lhe uma escolarização idêntica aos demais alunos do ensino regular. O sucesso nesse processo permite a diluição das diferenças quando é ofertado a todos os alunos, indistintamente, ocupar os mesmos espaços e compartilhar a mesma rotina do processo de ensino e do cotidiano da escola. Desta forma a pesquisa teve o objetivo de analisar o atendimento de alunos especiais em duas Escolas da Rede Municipal de Ensino da cidade de Catolé do Rocha, na qual constatamos o despreparo da escola e dos professores para atender esta clientela, principalmente os alunos que estão à margem da sociedade, em situação de risco.

Palavras-chave: Educação. Inclusão. Direitos.

INTRODUÇÃO: A sociedade atual busca incessantemente se adequar aos novos paradigmas para a educação de alunos especiais, defendidas desde a Declaração de Salamanca Espanha, realizado em junho de 1994, pela UNESCO (Organização Educacional, Científica e Cultural das Nações Unidas) na Conferencia Mundial Sobre Necessidades Educacionais Especiais, que aponta como princípio fundamental: que “todos os alunos devem aprender juntos, sempre que possível, independente das dificuldades e diferenças que apresentem.” Após a Declaração acima citada, o Brasil foi influenciado a formular políticas públicas da educação inclusiva. Na LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira) capítulo V, art. 58, “entende-se por educação especial a modalidade de educação escolar, oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos portadores de necessidades especiais”. A mesma ainda reza o apoio de serviços especializados na escola regular, currículo, métodos, técnicas e recursos para atender essa nova clientela, como também a capacitação dos professores para a integração dos alunos especiais nas salas comuns, (LDB, art. 59, incisos I, III). Este trabalho objetiva analisar o atendimento a alunos especiais em duas Escolas da Rede Municipal de Ensino da Cidade de Catolé do Rocha. **METODOLOGIA:** Foram entrevistados e observados professores, coordenadores e gestores. **RESULTADO:** Constatamos que os professores não são qualificados para trabalhar com essa clientela e a escola não dispõe de equipe de apoio para auxiliar os professores. **CONCLUSÃO:** A proposta de uma educação inclusiva é relevante pela possibilidade de justiça social, dando a todos as mesmas oportunidades e o acesso aos bens culturais produzidos na sociedade, além formar cidadãos mais conscientes e menos preconceituosos sobre as diferenças individuais. (...) “a inclusão concreta deve servir de base para a superação de toda e qualquer dificuldade que se interponha à construção de uma escola única e

democrática” (BUENO, 2001, p. 27). A proposta de incluir e integrar todos, independentes das diferenças, tem causado incertezas e inseguranças nos professores, pois alunos indisciplinados ou marginalizados agredem colegas e professores e destroem a escola. Para que o processo de inclusão de fato ocorra é preciso uma maior integração dos setores da sociedade envolvidos na proposta, definir responsabilidades claras e precisas, conforme a competências de cada agente é fundamental para a concretização da inclusão. Não adianta jogar toda responsabilidade no professor se este não possui tais competências.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Brasil, MEC. (2005). Educação Inclusiva – Documento Subsidiário à política de inclusão. Brasília, MEC/SEESP.

Brasil. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica. Secretaria de Educação Especial – MEC/SEESP, 2001.

Bueno, J.G.S. (2001). A inclusão de alunos deficientes nas classes comuns do ensino regular. Temas sobre desenvolvimento, V.9, n.54, (PP. 21- 7). São Paulo: Memnon.

ONU/UNESCO. (1994). Declaração de Salamanca. Disponível no endereço [www. mec. gov. br/seesp](http://www.mec.gov.br/seesp).